

destaques do mês

ANTT lança proposta para reduzir tarifa de transporte de cargas

A ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) lançou no mês de janeiro em consulta pública uma proposta de reformulação nos contratos de concessões ferroviárias que vai permitir queda média de até 40% no teto das tarifas de transporte de cargas no País. É a primeira revisão dos contratos das concessões de ferrovias, privatizadas a partir dos anos 1990. O índice de reajuste das tarifas continua sendo o IGP-DI. Atualmente as concessionárias trabalham com uma estrutura de custos herdada da antiga RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.), que não incorporou os ganhos de produtividade ao setor. Desde 2011, a ANTT vem montando uma plataforma própria para atualizar o modelo de custos, o que inclui também a TIR (Taxa Interna de Retorno) do negócio, que deve ficar em torno de 6,4%. O maior impacto, diz a ANTT, deve ocorrer com o transporte de minérios, com um corte de cerca de 8% no preço das tarifas. (07.01.2012 - Folha de São Paulo)

Governo quer aquecer PIB com investimento em infraestrutura, mas setor vê falta de recursos

O aumento dos investimentos para desenvolver a economia é uma das prioridades do Governo em 2012. A equipe econômica pretende colocar em prática projetos importantes na área de infraestrutura, que ficaram para trás em 2011. Um dos principais projetos é a concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Campinas. Estão na lista também a nova distribuição dos royalties do pré-sal, a aprovação do código da mineração e o trem-bala. Os projetos, no entanto, estão distantes do que o setor privado considera como o mínimo necessário para atender à demanda que o Brasil tem por recursos na área de infraestrutura. Cálculos da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) mostram que o país precisa de, pelo menos, R\$ 188,6 bilhões em investimentos por ano até 2015. O valor é duas vezes maior que o projetado pelo BNDES para esses gastos no País: R\$ 95,3 bilhões. De acordo com os dados da Abdib, a maior demanda do País é por investimentos no segmento de petróleo e gás: R\$ 434 bilhões até 2015. Em seguida, está o setor de transporte e logística, com R\$ 175,9 bilhões, seguido pelo segmento de energia, R\$ 145,3 bilhões. Para o vice presidente da Abdib, Nilton Lima, se o Brasil suprir sua demanda por investimentos em infraestrutura no ritmo ideal, as dificuldades ao se preparar para grandes eventos, como Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 seriam menores. (13.01.2012 – O Globo)

painel

■ Aneel abre audiência pública para discutir regras do leilão A-3

A Diretoria da Aneel aprovou no dia 17 de janeiro a abertura de consulta pública para discutir a minuta do edital de licitação voltado para novos projetos de geração de energia que deverão iniciar operação no prazo máximo de três anos, chamado de leilão A-3. A proposta de edital permaneceu disponível ao público até o dia 1º de fevereiro. Mais informações no site: www.aneel.gov.br

■ Leilão de linhas de transmissão

O Governo prepara para este ano o maior conjunto de licitações de redes de transmissão de energia elétrica previstas para serem instaladas no país até 2020. A extensão total que será oferecida chega a 8.154 km, 8% da malha nacional em operação. A previsão, conforme cronograma da ANEEL é de que mais de 4 mil km de linhas sejam licitados já no primeiro trimestre. Mais informações no site: www.aneel.gov.br

Gás natural produzido no País pode ficar até 29% mais caro em fevereiro

O gás natural de produção nacional, usado na geração de energia térmica e pelas indústrias, pode ficar até 29% mais caro a partir de fevereiro. Isso elevaria o preço do metro cúbico vendido às distribuidoras para R\$ 0,8821 - o equivalente a US\$ 12,87 por milhão de BTU -, descontando impostos. A estimativa é da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), com base nas condições estabelecidas nos contratos entre Petrobras e distribuidoras. O cálculo da Abrace leva em conta o custo do insumo, caso a Petrobras retome a aplicação integral, aos preços do gás, da variação da cesta de óleos e do Real em relação ao Dólar. O comportamento dessas variáveis no trimestre passado teria um impacto de 5% sobre os preços do gás. O restante do aumento é relativo aos reajustes que deixaram de ser aplicados nos trimestres anteriores, quando a Petrobras optou pelo congelamento de preços. A expectativa da Instituição é que a Petrobras mantenha o procedimento de não aplicar o reajuste e, no médio prazo, seja definida uma nova política tarifária. A Abrace acredita que o aumento das reservas e da produção nacional de gás, além do impacto de reajustes na competitividade das indústrias, deve criar um campo favorável para a reversão das distorções e para ajustes no custo final do gás. Se a Petrobras não tivesse, na prática, congelado os preços, a aplicação da fórmula em vigor teria levado a aumentos, respectivamente, de 10,7% em maio, de 6,4% em agosto e de 3,8% em novembro de 2011. Na estatal, está programada para o final do mês de janeiro, a divulgação do preço válido para o trimestre que vai de fevereiro a abril de 2012. (23.01.2012 – Valor Econômico)

Plano Decenal de Expansão de Energia indica crescimento médio de 4,5% até 2021, segundo EPE

O Brasil precisará construir outras três hidrelétricas equivalentes a Itaipu para suprir a demanda prevista de energia em 2021, divulga a estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Segundo as previsões da estatal, o consumo de energia elétrica no País crescerá a uma taxa média de 4,5% por ano na próxima década, por isso saltará dos 472 mil Gigawatts hora (GWh) em 2011 para 736 mil GWh em 2021. Isso significa que a demanda de energia em 2021 será 56% superior à de 2011 e que o País terá que aumentar a energia gerada em 264 mil GWh nos próximos dez anos. Esse volume equivale ao produzido por três hidrelétricas de Itaipu e que no ano passado gerou uma média de 92.245 GWh. Apenas Belo Monte oferecerá 39.360 GWh a partir de 2015. O setor comercial será o que mais impulsionará o crescimento do consumo de energia no Brasil na próxima década, com um aumento de sua demanda de 5,8% ao ano, seguido pelo setor residencial (4,5%) e pela indústria (4,4%). Apesar do elevado aumento do consumo do setor de comércio e serviços, a indústria manter-se-á como o setor responsável por quase a metade do consumo total de eletricidade do País em 2021. O consumo da indústria saltará de 225 mil GWh em 2011 para 346 mil GWh em 2021. (04.01.2012 - EPE)

■ Anatel aprova regras para leilão de 4G e coloca tema em discussão

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou a proposta de licitação das frequências destinadas à introdução da tecnologia de quarta geração (4G) da telefonia celular no país, além da ampliação de cobertura dos serviços de voz e internet na zona rural. Está programada ainda a realização de duas audiências públicas, em Brasília e São Paulo. Mais informações no site: www.anatel.gov.br.

■ Leilões da BR-040 e da BR-116 devem ser feitos até julho

O Governo pretende publicar os editais em abril e fazer até julho os leilões da BR-040 e da BR-116, que compõem a fase 1 da terceira etapa de concessões de rodovias federais. O leilão da fase 2, cujo processo licitatório foi mais acelerado, ocorreu no dia 19 de janeiro e teve como objeto de concessão o trecho da BR-101 que vai do Espírito Santo à Bahia. Mais informações no site: www.antt.gov.br

Projeto em caráter conclusivo concede isenção tributária a empresas de saneamento

A Câmara analisa o Projeto de Lei 2.385/11, que concede às empresas de saneamento básico isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS). Essas empresas, em contrapartida, ficarão obrigadas a promover investimento anual em obras de saneamento básico em valor nunca inferior ao total do subsídio fiscal. O descumprimento desse patamar mínimo de investimento resultará na revogação das isenções e lançamento dos débitos tributários. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (04.01.2012 – Agência Câmara)

■ ANTT prevê licitação do trem-bala em outubro

O Governo Federal deve discutir internamente os últimos detalhes da nova modelagem do edital do trem de alta velocidade (TAV) nesse início de ano e fazer o primeiro leilão do projeto até outubro. O cronograma do Governo é lançar o edital para audiência pública em fevereiro e realizar o leilão seis meses depois. Mais informações no site: www.antt.gov.br

BNDES financiará até 80% do custo de concessionário de aeroportos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou em janeiro que aprovou as condições básicas de financiamento para os futuros concessionários dos aeroportos de Guarulhos (SP), Campinas (SP) e Brasília (DF). O apoio do Banco pode chegar a 80% do investimento total. Os concessionários de aeroportos devem arcar com investimentos mínimos ao longo da concessão de: R\$ 4,66 bilhões em um prazo de 20 anos no caso de Guarulhos; R\$ 8,71 bilhões em 30 anos para Campinas; e R\$ 2,83 bilhões em 25 anos, para Brasília. O prazo total do financiamento é diferente para cada projeto. Serão 15 anos para Guarulhos e Brasília. Já no caso de Campinas, que terá volume maior de investimentos, o prazo será de 20 anos. O Banco exigirá a demonstração da capacidade técnica e econômico-financeira dos empreendedores para a execução do projeto. Os concessionários poderão compartilhar as garantias dos projetos com outros financiadores de longo prazo. O BNDES financiará com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) de 6% ao ano e de 20% em outras moedas, como Selic, IPCA e cesta de moedas, acrescidos de demais taxas. Está prevista ainda a concessão de empréstimo ponte, que terá como custo a remuneração básica do BNDES, de 0,9% ao ano, acrescido de TJLP mais 1% ao ano e de uma taxa de risco de crédito. A participação do Banco poderá ocorrer por meio de apoio corporativo (diretamente para as empresas), ou sob a forma do chamado Project Finance, por meio da criação de uma sociedade de propósito específico. A remuneração básica do BNDES será de 0,9% ao ano, acrescida da taxa de risco da operação, que pode variar de 0,46% a 3,57% ao ano. (20.01.2012 – Valor Econômico)

Medida Provisória vai regular direito a uso de redes das teles

O Governo prepara uma medida provisória para regular o acesso de operadoras de telecomunicações e investidores à infraestrutura como rodovias, dutos, canaletas e postes que são utilizados para suportar a instalação de redes de comunicação no País. O texto pretende pôr fim às dificuldades que muitas empresas têm enfrentado para iniciar ou mesmo ampliar suas operações no setor. Toda obra que envolva o uso de recursos públicos, como redes de transmissão de energia, rodovias e trilhos, será aberta ao compartilhamento. Hoje, se uma empresa detém a infraestrutura, pode não abrir espaço para um concorrente. Com a mudança, será obrigada a negociar. Cada tipo de infraestrutura terá um custo médio para compartilhamento. Na área de energia, a Aneel informará o valor de referência a ser cobrado. Esse tipo de negociação já acontece hoje, mas não há regras claras, o que inibe o investidor. O uso compartilhado no setor de telecomunicações também passa pelo acesso múltiplo a grandes redes de transmissão de dados. O novo modelo, que rompe a exclusividade de operadoras a redes como as de fibra óptica, vem sendo amadurecido pela Anatel e faz parte do plano geral de metas de competição, que será regulamentado ainda no primeiro semestre. Para o Presidente da Anatel, João Rezende, os desafios futuros das telecomunicações vão exigir revisão profunda no marco regulatório, necessidade que toca temas sensíveis como o rumo que será dado aos bens reversíveis das concessões de telefonia e a possível criação de um tipo de Operador Nacional de Rede de Telecomunicações para cuidar da gestão das grandes malhas de comunicação, nos moldes do que ocorre hoje com o setor elétrico, monitorado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). (05.01.2012 – Valor econômico)

Infraestrutura sustenta o investimento industrial

A decisão do Governo Federal de acelerar o ritmo das obras públicas em 2012 e os projetos de infraestrutura relacionados com a Copa do Mundo e Olimpíada leva parte da indústria a planejar aumento ou manutenção dos investimentos neste ano. Oito de nove setores consultados que representam 50% do valor da produção da indústria de transformação indicaram planejar aumento dos investimentos mesmo após a desaceleração da atividade fabril ao longo de 2011. No ano passado, informam os empresários, a concorrência dos importados e a própria desaceleração da economia doméstica fizeram com que parte dos investimentos programados fosse postergada. Isso aconteceu no setor de máquinas e equipamentos, que agora prevê uma recuperação dos desembolsos destinados a ampliar a capacidade produtiva. A projeção, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), está ancorada na demanda que será gerada pelos projetos de infraestrutura. O cenário para os investimentos será outro este ano, diz David Kupfer, que assumiu a função de assessor econômico do BNDES. Para o assessor é fundamental aproveitar a chance de reduzir o custo do capital, por meio dos cortes nas taxas de juros, e que a taxa de câmbio permaneça em patamares estáveis, como está hoje. Isso dará condições para investimentos cruciais para 2012, que devem ser concentrados em infraestrutura. O que vai incidir em 2012 são os investimentos em portos, energia, petróleo e construção residencial. (04.01.2012 – Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2015

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	282	2.946	3.385	992	1.196	8.802
Otimista	282	2.946	3.415	1.392	3.216	11.251

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	0	3.363	356	0	1.350	5.069
Otimista	0	3.385	5.506	1.006	2.050	11.947

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	326	1.998	212	50	12	2.598
Otimista	498	4.405	1.966	427	267	7.563

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	609	8.307	3.953	1.042	2.558	16.469
Otimista	781	10.736	10.886	2.825	5.533	30.761

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

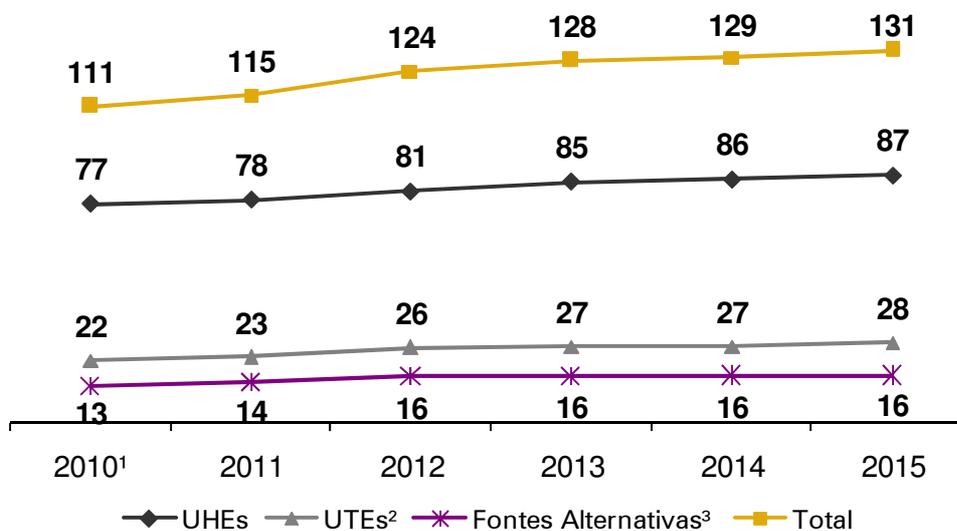
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 2,7% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2015.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 30,8 mil MW no período 2011-2015. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,8% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

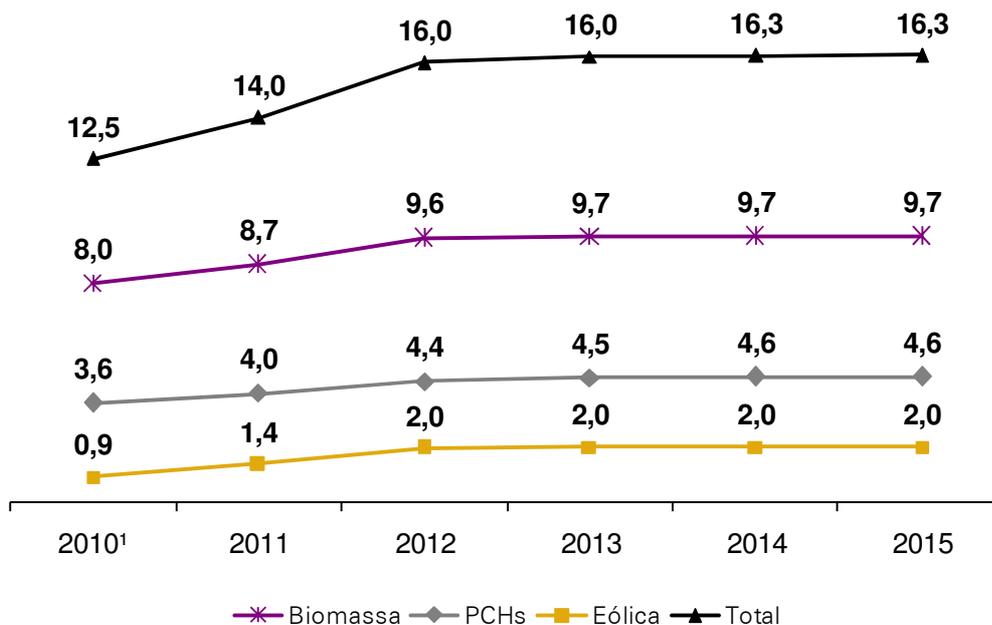
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

Entre janeiro de 2011 e 2015, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 13% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 29% no mesmo período.

Em janeiro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2015 deverão representar 66%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 20% para 21%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 7% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve aumentar de 3% para 4% em 2015.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2015, deve ser de 2%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2011, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 3,7% e 2,6%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2015, quatro apresentam restrições para a contratação de 2.450 MW: Colider (MT), Salto Curucaca (PR), Santo Antônio (AP/PA) e Teles Pires (MT/PA). No cenário conservador, 8,8 mil MW devem entrar em operação até 2015.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (primeira máquina em outubro).

A UHE de Santo Antônio (RO) tampouco apresentava restrições e, de acordo com o Relatório da Aneel, a entrada em operação fora antecipada para 2011, com os primeiros 70 MW em dezembro. Contudo, por ocasião dos testes, houve aquecimento excessivo dos mancais da primeira unidade e com isso a entrada em serviço sofrerá adiamento de dois meses.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,9 mil MW até 2015, apenas 5,1 mil MW (42%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 614 MW de potência adicional até 2015. Já no cenário otimista, até 2014, devem entrar em operação 1,6 mil MW. As três usinas de PCHs integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não tem previsão para a contratação de 32 MW previstos.

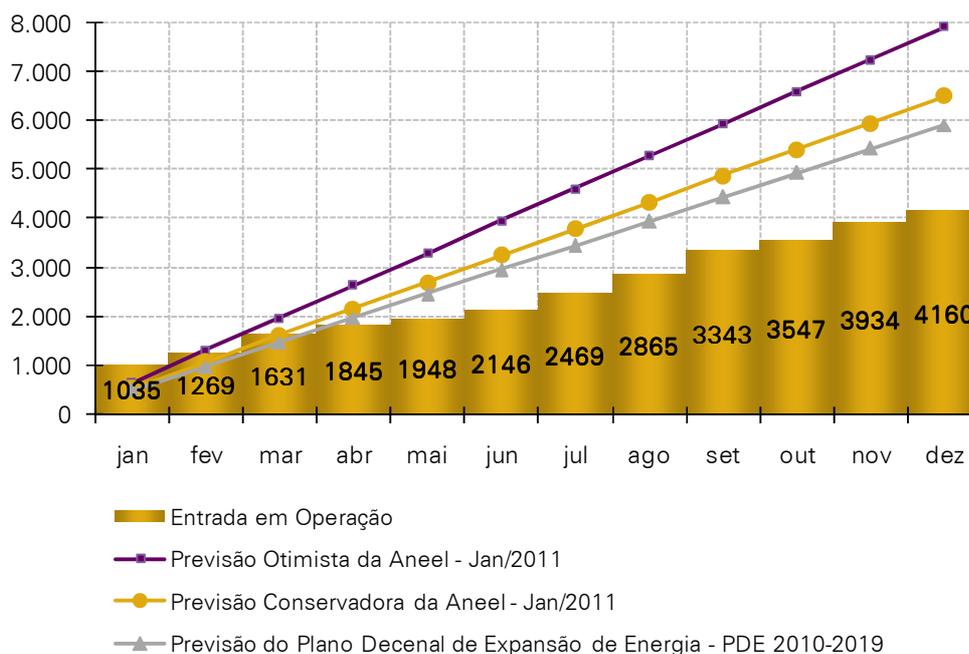
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,1 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2,1 mil MW até 2015. As seis usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 844 MW até 2013, sendo 123 MW (15%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 3,9 mil MW até 2013. Destas, 123 MW (3%) são integrantes do PROINFA.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

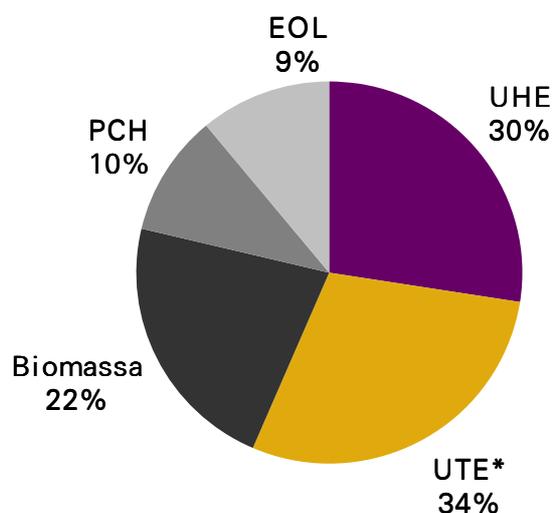
Expansão da Capacidade de Geração em 2011 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2011, até 15 de dezembro, entraram em operação 4.160 MW. Desse total, as UTEs representaram 34% da potência total instalada. As UHEs representaram 30% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 1.143 MW. As PCHs e UTEs à biomassa representaram cada uma, respectivamente, 10% e 22% da capacidade instalada no período. Já as EOLs representam 9% da potência instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2011



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em novembro de 2011, 36.202 GWh, apresentando crescimento de 2% em relação a novembro de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3%.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Novembro 2010	Novembro 2011	Var. %	Jan-Nov 2010	Jan-Nov 2011	Var. %
Residencial	8.971	9.344	4	97.904	102.574	5
Industrial	15.726	15.534	-1	167.195	168.501	1
Comercial	5.823	6.218	7	62.796	67.006	7
Outras	4.859	5.106	5	54.055	55.748	3
Total	35.379	36.202	2	381.950	393.829	3

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Em 2011, até novembro, o consumo pelo setor industrial foi 1% inferior ao apresentado em 2010. A região Nordeste foi a única do País a obter resultado negativo no consumo industrial de energia no acumulado do ano (-3%).

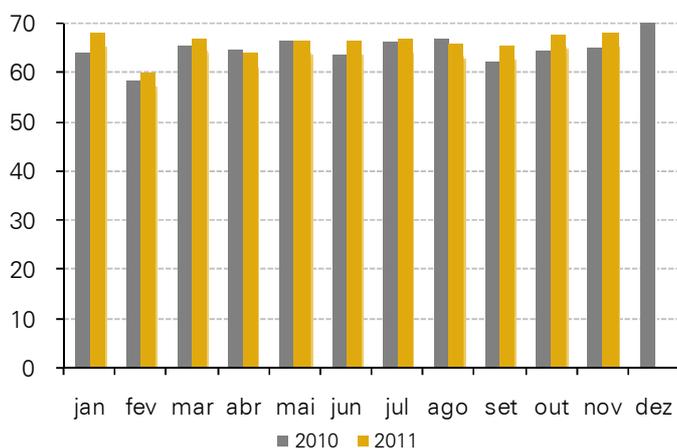
2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de novembro de 2011 foi de 68 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 5% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 3% em comparação a 2010.

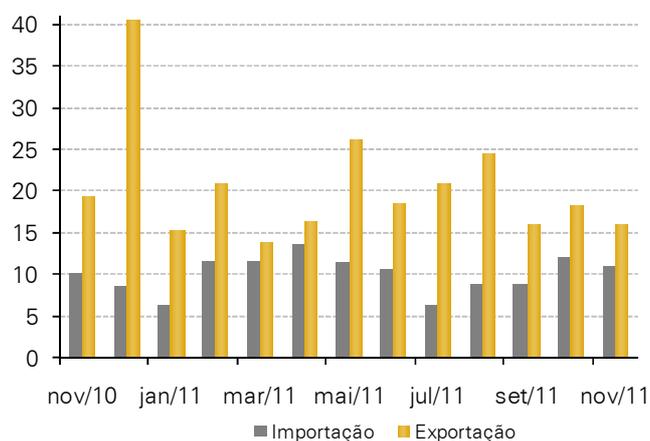
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em novembro de 2011, foi de 59 milhões bep. Esse volume foi equivalente ao observado em novembro de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4%.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

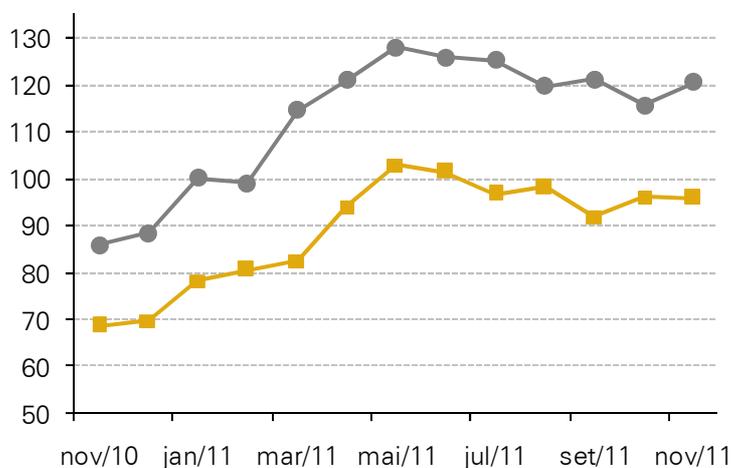


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em novembro de 2011, foi de 16 milhões bep, valor 18% inferior ao exportado em novembro de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 2% superior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em novembro de 2011, foi de US\$ 120,53/barril, valor 40% superior ao observado em novembro de 2010.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

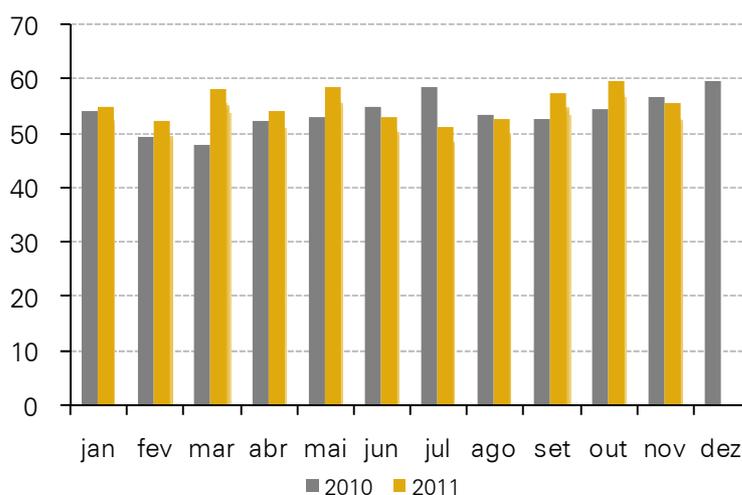


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

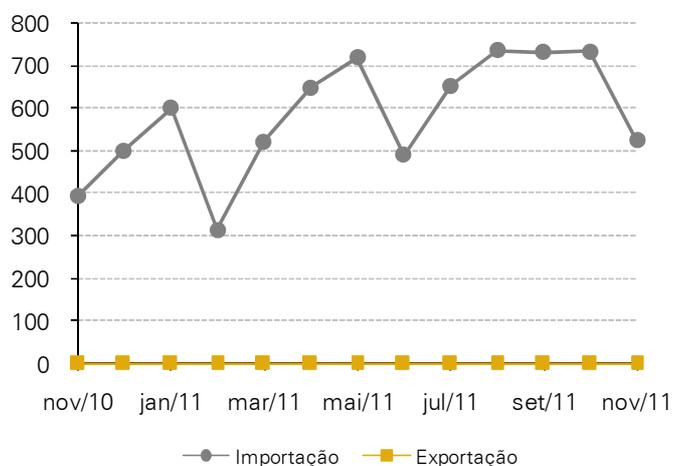
Em novembro de 2011, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 56 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 2% inferior ao produzido em novembro de 2010. Até novembro de 2011, a produção apresentou aumento de 3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões de bep)



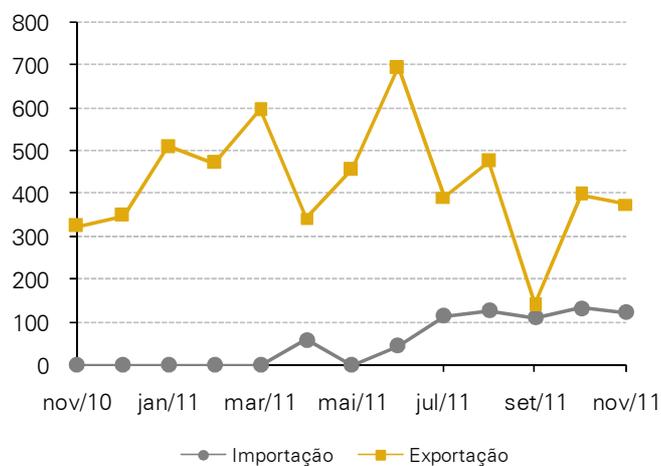
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

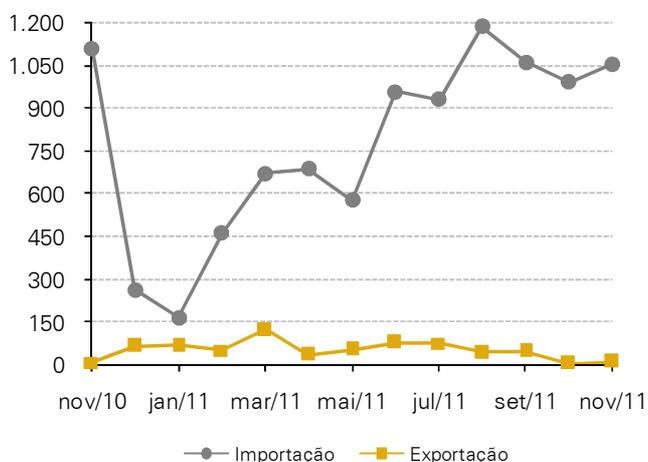


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em novembro de 2011, foi de 17 milhões bep, valor 21% superior ao registrado em novembro do ano anterior. Até novembro, o volume de derivados importado foi 9% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

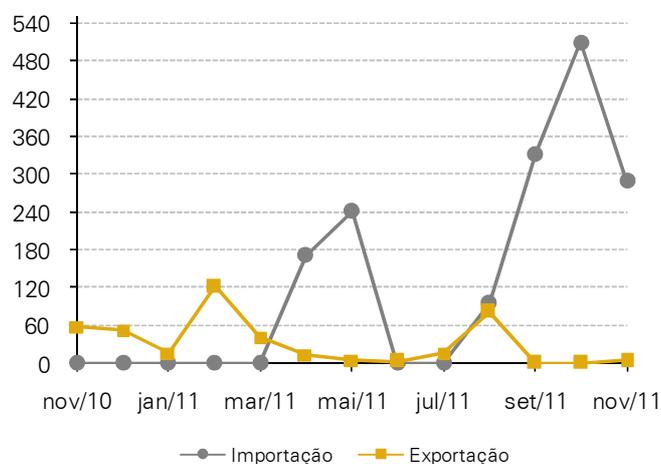
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em novembro de 2011, foi constatado um total de 6 milhões bep, o que representa um volume 1% superior ao mesmo mês de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 1% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em novembro de 2011, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 8% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 2%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	nov/2010	jan-nov/2010	nov/2011	jan-nov/2011
Produção de Petróleo (a)	65	706	68	724
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-9	-88	-5	-94
Imp. Líq. de Derivados (c)	8	66	11	80
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	63	684	74	710
Dependência Externa (e)=(d-a)	-2	-22	6	-14
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-2	-3	8	-2

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em novembro de 2011, apresentou saldo negativo de US\$ FOB 979 milhões. Ou seja, o Brasil exportou US\$ FOB 979 milhões a menos do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ FOB 253 milhões.

No acumulado do ano a balança apresentou saldo negativo de US\$ FOB 3,1 bilhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	nov/10	jan-nov/2010	nov/11	jan-nov/2011
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.333	13.478	1.523	19.258
Dispêndio com importação (b)	875	9.321	1.335	13.203
Balança Comercial (c)=(a-b)	458	4.157	187	6.055
Derivados				
Receita com exportação (d)	507	6.360	709	8.736
Dispêndio com importação (e)	1.218	12.188	1.875	17.877
Balança Comercial (f)=(d-e)	-711	-5.828	-1.166	-9.141
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.840	19.838	2.231	27.994
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.093	21.508	3.210	31.079
Balança Total (i)=(g)-(h)	-253	-1.671	-979	-3.085

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

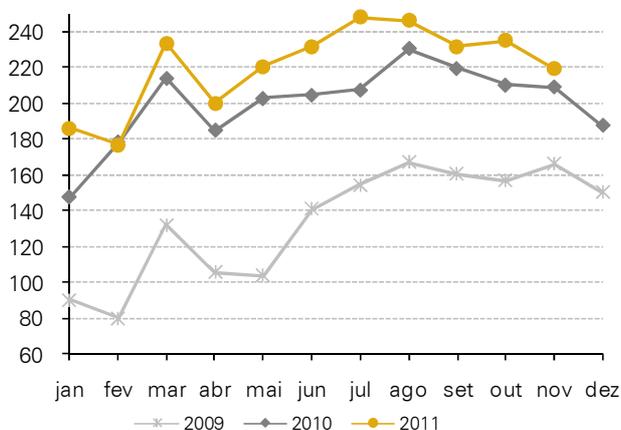
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em novembro de 2011, foi de 219 mil m³, montante semelhante ao produzido em novembro de 2010. No acumulado do ano, a produção foi 10% superior.

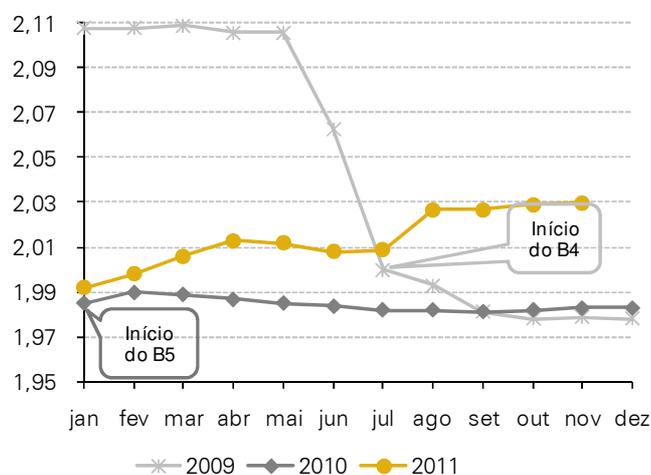
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em novembro de 2011, foi de R\$ 2,03/ℓ, valor 2,4% superior observado em novembro de 2010.

Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5 (R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2011/2012 produziu, até o dia 1º de dezembro de 2011, 21.638 mil m³ de álcool, sendo 13.429 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (62%). Em relação ao mesmo período da safra 2010/2011, houve uma diminuição de 27%.

A produção total de álcool foi 16% inferior em relação à safra anterior, puxada pela diminuição da produção do álcool anidro e hidratado.

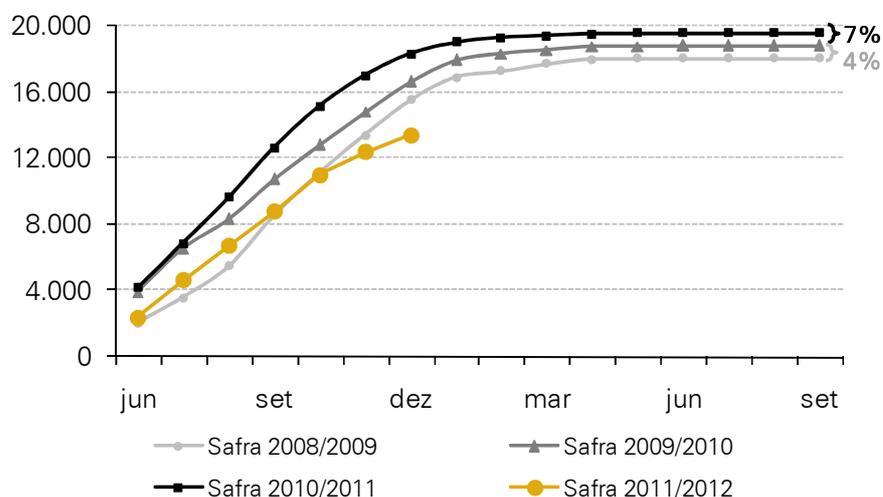
A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de dezembro de 2011, produziu-se 33.609 mil ton de açúcar, volume 4% inferior ao observado no mesmo período da safra 2010/2011.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2010/2011 (até 1º de dezembro de 2010)	Safra 2011/2012 (até 1º de dezembro de 2011)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	7.429	8.209	11
Álcool Hidratado (mil m ³)	18.355	13.429	-27
Total Álcool (mil m³)	25.784	21.638	-16
Açúcar (mil ton)	34.978	33.609	-4

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



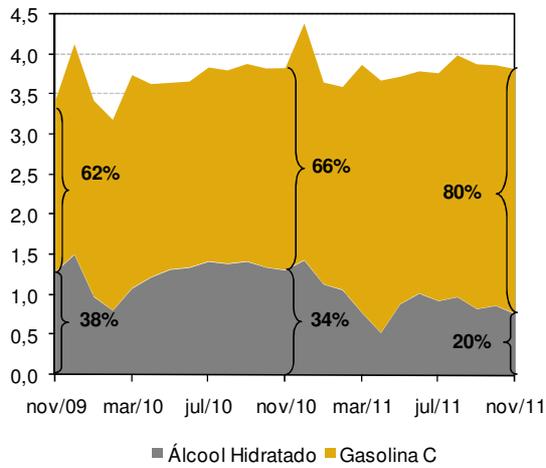
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 763 mil m³ em novembro de 2011. Esse número representa uma diminuição de 42% em relação a novembro de 2010. No acumulado do ano, as vendas foram 29% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

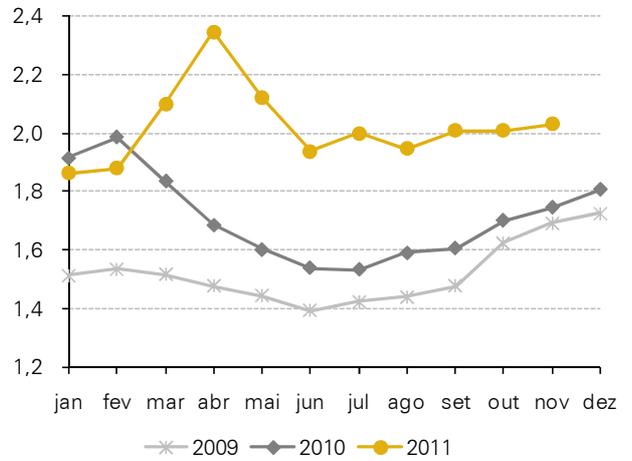
Em novembro de 2011, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,03/ℓ, valor 16% superior ao registrado em novembro de 2010.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹
(milhão m³)



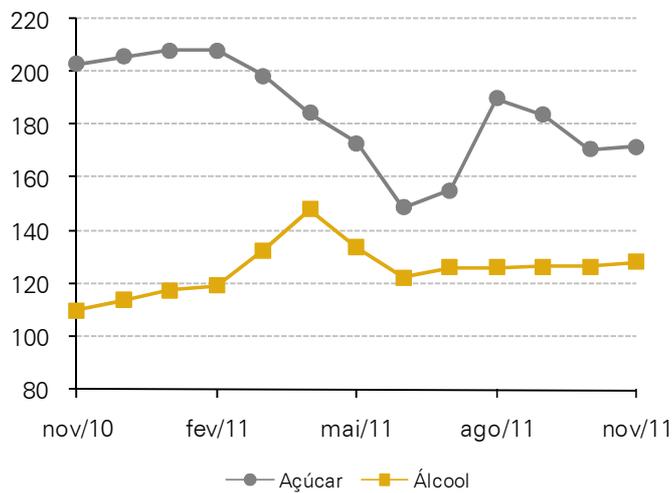
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.
* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em novembro de 2011, foi de 67.868 mil m³, representando um aumento de 3% comparado à média verificada em novembro de 2010. No acumulado do ano, esse valor foi 5% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

A importação de gás natural realizada pelo País em novembro de 2011 foi de 30.257 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 72.023 mil m³/dia. Este montante é 14% inferior ao observado em novembro de 2010. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi equivalente ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 38% em novembro de 2011. Em novembro de 2010, essa proporção havia sido de 40%.

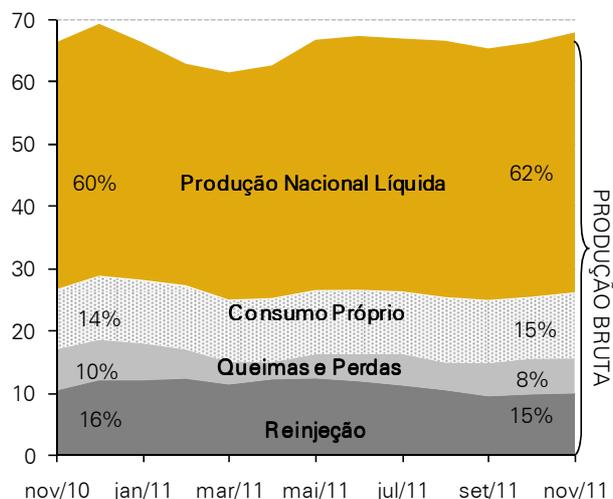
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em nov/2010	Média do período jan-nov/2010	Média em nov/2011	Média do período jan-nov/2011
Produção Nacional¹	66.234	62.255	67.868	65.434
- Reinjeção	10.312	11.959	9.861	11.114
- Queimas e Perdas	6.746	6.639	5.736	4.783
- Consumo Próprio	9.494	9.680	10.504	10.122
= Produção Nac. Líquida	39.682	33.976	41.766	39.416
+ Importação	43.946	34.559	30.257	29.063
= Oferta	83.628	68.536	72.023	68.479

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

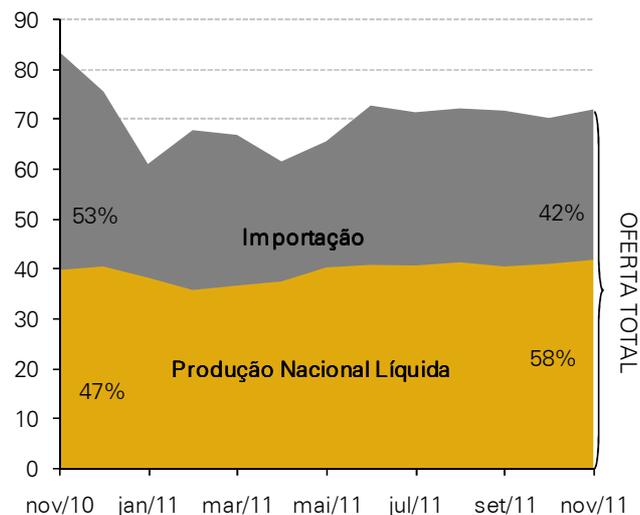
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em novembro de 2011 foi, em média, de 50 milhões de m³/dia. Essa média é 20% inferior ao volume médio diário consumido em novembro de 2010. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 3% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	nov/11	jan-nov/2011	nov-2011/ nov-2010	Acumulado do ano
Industrial	29.217	29.003	6	10
Automotivo	5.474	5.372	1	-2
Residencial	917	871	14	9
Comercial	649	676	2	8
Geração Elétrica	10.067	7.746	-57	-36
Co-geração*	2.818	2.994	1	4
Outros	1.013	900	-43	-12
Total	50.155	47.562	-20	-3

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em novembro de 2011, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 58% do volume total de gás consumido em novembro de 2011.

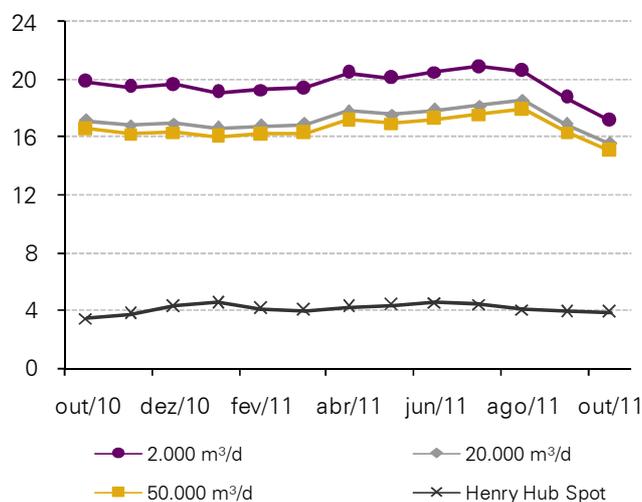
No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 10% superior em relação ao mesmo período de 2010.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em outubro de 2011, foi de US\$ 15,91/MMBtu, valor 11% inferior ao apresentado em outubro de 2010 (US\$ 17,86/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em outubro de 2011, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,87/MMBtu, valor 13% superior ao apresentado em outubro de 2010 (US\$ 3,43/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

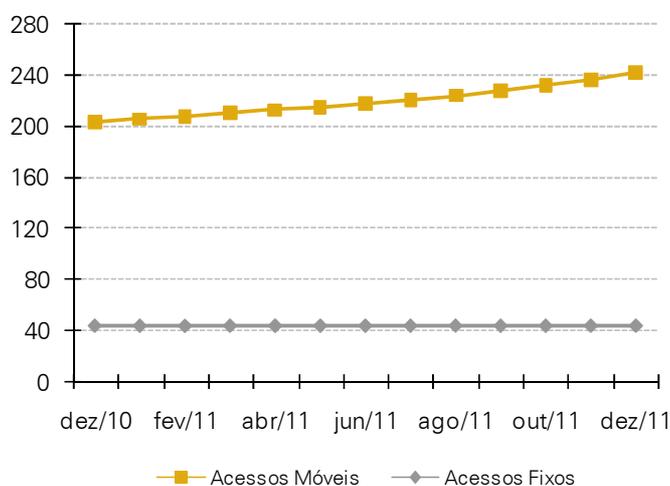
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em dezembro de 2011, o número de acessos móveis em operação foi de 242 milhões, montante 19% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,5% ao mês.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em dezembro de 2011, o número de acessos fixos foi de 44,1 milhões, mesmo valor averiguado em dezembro de 2010.

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Até o fechamento desta edição, a ANTAQ não havia homologado os dados de outubro de 2011 para o porto de Vila do Conde (PA). Seguem as últimas informações disponíveis.

Em outubro de 2011, a movimentação de granel sólido nos portos selecionados (Santos/SP, Paranaguá/PR, Itaqui/MA, S. Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Aratu/BA e Suape/PE) teve redução de 8%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 5% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Até outubro de 2011, a movimentação de granel sólido aumentou 3% em relação ao mesmo período do ano anterior e a movimentação de granel líquido foi similar.

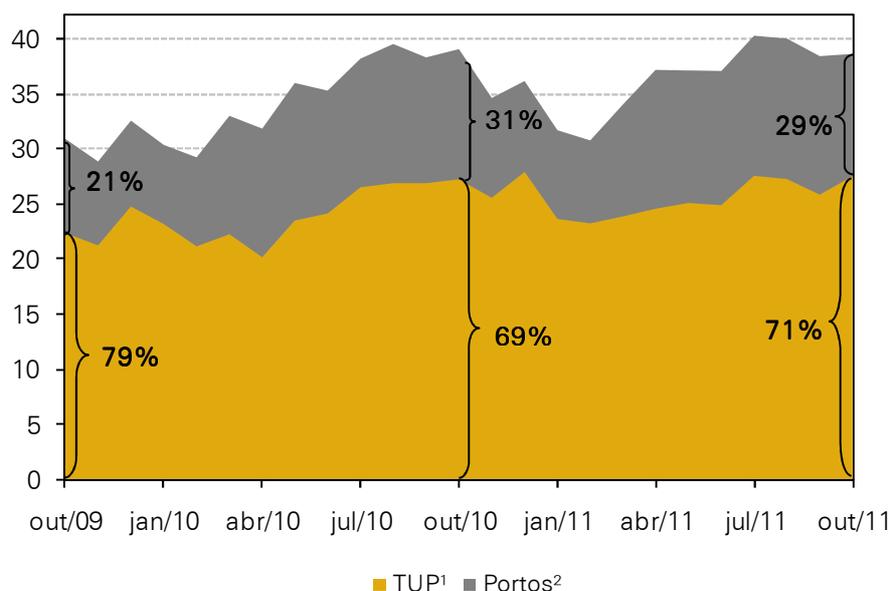
A movimentação total de cargas nos portos selecionados, em outubro de 2011, foi 6% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, até outubro, a movimentação total foi 3% superior ao observado no mesmo período de 2010.

Movimentação em Portos Selecionados - por Natureza

	Granel sólido	out-2011 /	Granel líquido	out-2011 /	Contêiner	out-2011 /
	out-2011	out-2010	out-2011	out-2010	out-2011	out-2010
	(mil t)	(%)	(mil t)	(%)	(TEU)	(%)
Santos (SP)	3.339	-16	1.152	-4	277.482	1
Paranaguá (PR)	2.266	-7	189	26	61.351	44
Itaqui (MA)	662	17	476	-23	161	-
Rio Grande (RS)	481	-13	220	16	52.776	2
São Francisco do Sul (SC)	479	67	-	-	15.499	16
Aratu (BA)	134	-30	347	-9	0	-
Suape (PE)	26	-61	698	76	41.971	43
Total	7.387	-7	3.082	0	449.240	3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Movimentação Total de Cargas Terminais de Uso Privativo e Portos Selecionados (milhões t)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

¹ Ponta de Madeira/MA, Tubarão/ES, Almirante Barroso/SP, Porto de Trombetas/PA, Manaus/AM, Madre de Deus/BA

² Santos/SP, Paranaguá/PR, Rio Grande/RS, Itaqui/MA, Suape/PE, São Francisco do Sul/SC, Aratu/BA,

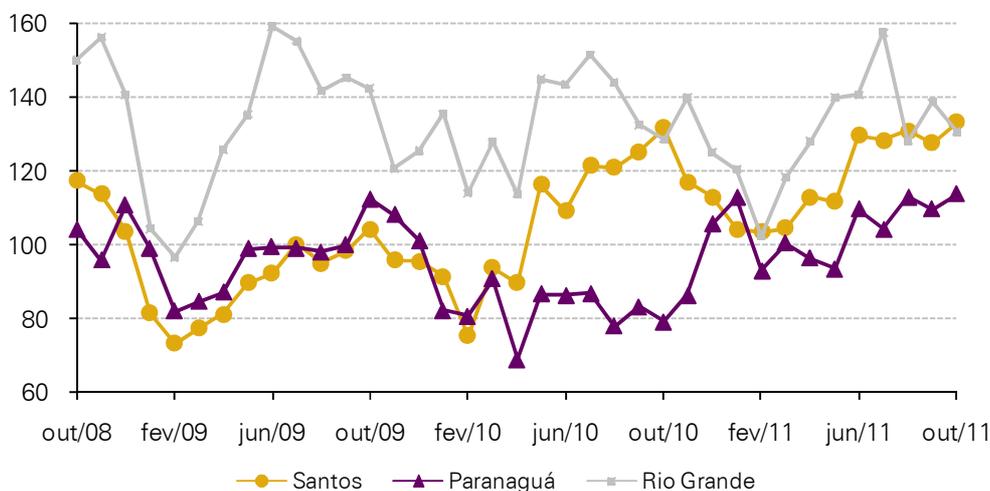
Em outubro de 2011, os terminais de uso privativo (TUPs) representaram 71% da movimentação total dos portos e terminais selecionados. A movimentação total nos TUPs foi de 27.455 mil toneladas, volume 1% superior a outubro de 2010.

Cerca de 76% da movimentação dos TUPs refere-se a granéis sólidos. Os terminais de Tubarão e Ponta da Madeira foram responsáveis, em outubro, por 38% e 33% cada, da movimentação total dos TUPs selecionados.

Em outubro de 2011, a quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados do País (com exceção do porto de Vila do Conde/PA) foi de 669.240 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 21% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Em outubro de 2011, o porto de Paranaguá e o porto de Santos apresentaram aumento de 44% e de 1%, respectivamente, na movimentação de contêineres em relação a outubro de 2010. Nesse mesmo período, o porto de Rio Grande apresentou aumento de 2% na movimentação de contêineres em relação a outubro de 2010.

Movimentação de Contêineres (jan/08 = base 100)



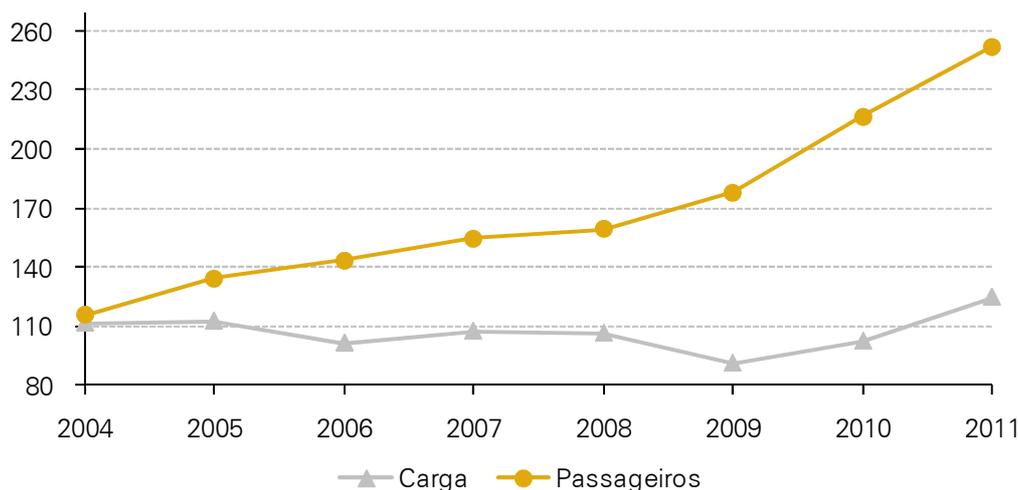
Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Até o fechamento desta edição, a INFRAERO não havia homologado os dados do mês de novembro de 2011 para o aeroporto de Campinas. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em 2011, no período de janeiro a novembro, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 16% superior à ocorrida no mesmo período de 2010. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

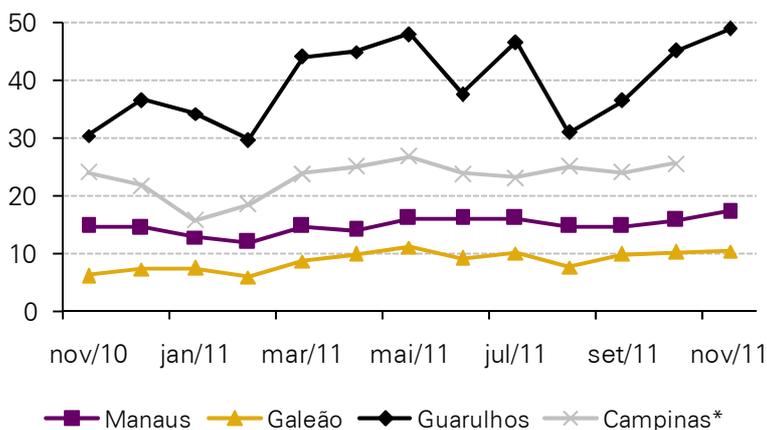
Movimentação de Cargas e Passageiros - janeiro a novembro de cada ano* (Ano base: 2003 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.
* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

Em novembro de 2011, a movimentação de carga aérea total no País foi de 120 mil toneladas, número 19% superior ao mesmo mês do ano anterior. O aeroporto de Guarulhos representou 41% do total movimentado e teve um aumento de 61% em comparação a novembro de 2010. O aeroporto de Manaus, que movimentou 14% do total, apresentou um aumento de 17% na comparação com novembro de 2010.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

¹ Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

* Até o fechamento desta edição, a Infraero não havia homologado os dados da movimentação de carga no aeroporto de Campinas para novembro de 2011.

Em novembro de 2011, 14,9 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 10% superior ao observado em novembro de 2010. No acumulado do ano, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 163.479, número 16% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Nov (mil)	Variação (%)	Novembro (mil)	Variação (%)
2003	64.789	-	6.075	-
2004	74.958	16	7.210	19
2005	87.246	16	7.948	10
2006	93.281	7	8.050	1
2007	100.450	8	9.443	17
2008	103.353	3	8.918	-6
2009	115.605	12	11.564	30
2010	140.679	22	13.541	17
2011	163.479	16	14.894	10

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em 2011, foi de 453 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 4% superior de 2010. Nesse período, a carga geral não conteneurizada foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (44%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado (342.565 milhões de TUs) em 2011.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Dez

Ano	2010	2011	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Dezembro (mil TU)	Jan-Dezembro (mil TU)	acum-11/ acum-10
Minério de Ferro	324.811	342.565	5
Soja e Farelo de Soja	20.643	22.582	9
Produção Agrícola (exceto soja)	19.415	19.160	-1
Indústria Siderúrgica	17.278	16.512	-4
Carvão/Coque	12.364	11.500	-7
Grãos Minerais	10.499	10.342	-1
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	9.886	9.986	1
Indústria Cimenteira e Construção Civil	5.081	4.926	-3
Adbos e Fertilizantes	4.953	5.358	8
Extração Vegetal e Celulose	4.053	4.097	1
Cimento	3.487	3.737	7
Conteiner	2.633	2.371	-10
Carga Geral - Não Containerizada	145	209	44
Total	435.248	453.346	4

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em dezembro de 2011, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 63 milhões de toneladas, montante 3% superior ao averiguado em dezembro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%. Em 2011, a movimentação total de exportação e importação foi 5% superior a observada em 2010.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	dez/2011	jan-dez/2011	dez-2011/ dez-2010	Acumulado do ano
Marítimo	60.363	654.957	3	5
Fluvial	1.090	16.781	17	14
Aéreo	117	1.503	-34	6
Ferrovário	56	676	7	-17
Rodoviário	1.035	11.182	11	-1
Outros*	743	9.204	-17	3
Total	63.405	694.304	3	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, prprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em dezembro de 2011, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 6,95 bilhões, valor 32% superior ao valor aportado em dezembro do ano anterior. Em 2011, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 56 bilhões, montante 27% inferior ao observado em 2010.

Desembolso mensal BNDES

Setor	dez/10 R\$ milhão	jan-dez/2010 R\$ milhão	dez/11 R\$ milhão	Participação %	jan-dez/2011 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	290	28.712	606	9	4.466	-84
Energia Elétrica e Gás Natural	1.525	13.878	3.112	45	16.286	17
Saneamento	192	1.590	129	2	1.550	-3
Telecomunicações	106	2.104	359	5	3.108	48
Transporte	3.150	30.610	2.746	40	31.000	1
<i>Aéreo</i>	104	571	10	-	395	-31
<i>Aquaviário</i>	365	1.565	366	-	1.981	27
<i>Terrestre</i>	2.682	28.474	2.370	-	28.624	1
Total Infraestrutura	5.263	76.895	6.952	100	56.410	-27

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2011 foi de, aproximadamente, R\$ 2,0 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 67,6 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 3% do orçamento total de 2011 ou 1,8% do PIB de 2010, que totalizou R\$ 3,675 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,1 bilhões, ou 25% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2011, foram empenhados e liquidados, até o dia 31 de dezembro, R\$ 48 bilhões (72% do autorizado). O pagamento realizado foi no valor de R\$ 16,7 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 42 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,1 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2011, R\$ 13,6 bilhões foram empenhados e liquidados (79% do orçamento) e R\$ 5,99 bilhões foram pagos até o dia 31 de dezembro. Os restos a pagar pagos somam R\$ 6,8 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R\$ 12,8 bilhões.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,5 bilhões, ou 14%) e hidroviário (apenas R\$ 313 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2011, cerca de R\$ 1,1 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 9,5 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 48,5 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2011.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 70% foram pagos até 31 de dezembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 50% do total de restos a pagar inscritos.

Para 2012, o Ministério dos Transportes deve acumular R\$ 10,6 bilhões de restos a pagar não pagos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 40,4 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 42% no Ministério das Cidades (R\$ 17,2 bilhões) e 38% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,4 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou e liquidou 87% do orçamento autorizado, até 31 de dezembro. O pagamento realizado foi de R\$ 9,4 bilhões e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 19 bilhões, totalizando R\$ 28,0 bilhões pagos. Restam R\$ 13,6 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2011, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 108 bilhões. Foram executados investimentos no valor de R\$ 82 bilhões, equivalentes a 76% da dotação autorizada para 2011. Esse valor foi 2% inferior ao desembolsado em 2010.

Em relação às estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2011 foi de R\$ 99,5 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 78 bilhões, o que representa 95% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 85% da dotação autorizada para as estatais em 2011 e respondeu por 86% da despesa realizada, num total de R\$ 71 bilhões (execução de 85% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.043	527	50	527	50	119	11	592	711	419
MAPA	1.197	742	62	742	62	94	8	943	1.038	299
MCT	1.206	920	76	920	76	303	25	441	743	456
MDIC	0	0	-	46	-	23	-	20	43	59
MME	185	46	25	46	25	15	8	29	44	9
M. Transportes	17.116	13.595	79	13.595	79	5.989	35	6.821	12.810	2.992
M. Comunicações	123	52	42	52	42	18	15	20	38	29
MMA	165	69	42	69	42	25	15	29	54	4
MDA	1.071	723	67	723	67	81	8	487	568	261
M. Defesa	7.497	6.968	93	6.968	93	4.007	53	3.138	7.145	708
M. Int. Nacional	5.528	2.998	54	2.998	54	758	14	1.954	2.712	3.396
M. das Cidades	7.638	5.026	66	5.026	66	749	10	2.743	3.492	6.658
Outros**	24.843	16.770	68	16.724	67	4.475	18	8.058	12.533	10.194
Total	67.611	48.434	72	48.434	72	16.657	25	25.274	41.930	25.484

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2011 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2011*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.451	1.977	81	1.977	81	874	36	685	1.559	545
Hidroviário	313	113	36	113	36	14	5	166	181	142
Portuário	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.712	11.301	82	11.301	82	5.056	37	5.871	10.927	2.094
Outros	626	204	33	204	33	45	7	98	143	211
Total	17.116	13.595	79	13.595	79	5.989	35	6.821	12.810	2.992

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2011

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.134	(1)	1.104	29
União	8.698	(1.066)	4.209	3.424

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	9.463	(783)	5.717	2.963
União	48.463	(5.337)	21.065	22.060

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	979	774	79	774	79	487	50	515	1.002	258
M. Planejamento	2	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	1	-	1	-	0	-	1	1	0
MCT	0	12	-	12	-	0	-	16	16	0
M. Fazenda	80	80	100	80	100	0	0	200	200	550
MEC	1.371	1.444	105	1.444	105	441	32	33	475	16
MME	350	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	354	208	59	208	59	97	27	119	216	89
M. Saúde	1.801	1.735	96	1.735	96	283	16	491	774	2.134
M. Transportes	15.378	13.525	88	13.525	88	6.089	40	6.626	12.715	2.902
M. Cultura	220	165	75	165	75	0	0	0	0	0
MMA	0	0	-	0	-	0	-	13	13	0
MDA	292	211	72	211	72	18	6	1	19	2
M. Defesa	0	311	-	311	-	110	-	284	394	92
M. Integr. Nacional	2.462	1.640	67	1.640	67	516	21	1.356	1.872	1.780
M. Cidades	17.152	15.266	89	15.266	89	1.378	8	8.948	10.326	5.800
Total	40.440	35.374	87	35.374	87	9.420	23	18.602	28.022	13.622

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2011 Estatais e Agências de Fomento

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Minas e Energia	99.503	78.039
Comunicações	1.052	256
Transportes ¹	0	0
Defesa	1	1
Outros	7.486	4.095
Total	108.042	82.391

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Indústria	2.450	2.567
Comunicações	1.033	255
Energia	96.942	75.566
Transporte	3.643	1.542

Fonte: Portaria n.º 20/2011 do MPOG.

Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Produção Industrial	2.410	2.726
Mineração	2	3
Energia Elétrica	8.657	6.952
Combustíveis Minerais	77.454	61.023
Transporte Aéreo	2.114	1.061
Transporte Hidroviário	2.953	900
Transportes Especiais	6.371	4.554

Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Grupo Eletrobrás	8.225	6.788
Grupo Petrobras	91.278	71.251
Cias DOCAS ²	937	1.432
Infraero	2.216	1.145

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 31 de janeiro de 2012.